

PARECER

Identificação : **Projeto de Lei Complementar nº. 005/2022**

Assunto : **“ Dispõe sobre criação no Quadro de Servidores Efetivos da Prefeitura Municipal de Dolcinópolis e dá outras providências”.**

I - Introdução.

Atendendo ao que me fora solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Dolcinópolis - SP., o que faço em razão de contrato, livremente, apresento parecer jurídico a respeito do projeto de Lei Complementar em epígrafe.

II – RELATÓRIO

Foi encaminhado a este jurídico para emissão de parecer, o Projeto de Lei Complementar nº. 005, de 16 de agosto de 2022, de autoria do Executivo Municipal, que tem por escopo dispõe sobre criação e incorporação no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Dolcinópolis e dá outras providência.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1. Da Competência e Iniciativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, inciso I da Constituição da República e no art. 5º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

Trata-se de propositura de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 50, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, quanto à competência e iniciativa deste Patrono **OPINA** favorável a tramitação do Projeto de Lei em comento.

3.2. Da Legislação Federal Vigente

O projeto de Lei preenche os requisitos das normas vigentes, eis que busca o amparo legal para concretizar a criação de cargo público de auxiliar de serviços em Educação e de coordenador do CCI – Centro de Convivência de Idoso deste município de Dolcinópolis/SP.

Cita o Chefe do Poder Executivo em vossa mensagem que acompanha este projeto de lei complementar referindo a criação do cargo de auxiliar de serviços em educação resulta de ação judicial, que determinou a posse da pessoa interessada.

Ad argumentandum tantum – a título de argumentação, para o Legislativo Municipal pouco importa essa determinação, pois, cabe ao Executivo ao promover processo seletivo “concurso público” observar o número de vagas existentes no quadro de pessoal, além do que, dar posse embasado na classificação dos candidatos aprovados, pois, se assim agir não haverá determinação judicial determinando a posse do aprovado ao Chefe do Executivo, vez que o Poder Legislativo é soberano para apreciar e votar projetos de leis.

Mas voltando a análise do Projeto de Lei em epígrafe, este preenche os requisitos da legalidade, pois, pretende o Executivo adequar seu quadro funcional em consonância com a legislação vigente, muito embora pelo que se percebe através de determinação judicial, e dessa forma, acaba por criar cargo efetivo.

A Carta Magna em seu artigo 61, parágrafo 1º, alínea “a” afirmar categoricamente que é de iniciativa privativa do Presidente da República a criação de cargos, assim, por analogia aplica-se a iniciativa do Prefeito Municipal, senão vejamos:

“Art. 61 –
{...}

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis
que:
{...}

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração”.

Como não bastasse a Lei Orgânica deste município também prescreve no mesmo sentido, conforme preceitua o art. 50, inciso I, que assim transcrevemos:

“Art. 50 - Compete privativamente ao Prefeito Municipal, a iniciativa das Leis quer versam sobre:

I-Criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta a autarquias ou aumento de sua remuneração;
[...]”.

O Executivo Municipal encaminha em anexo o impacto orçamentário e financeiro cumprindo o determinado nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, ficando a critério dessa Colenda Câmara de Vereadores analisar o resultado impactado com a referida criação do cargo, onde o contador deste Legislativo deverá emitir parecer, e esclarecer os nobres Vereadores desta Casa.

O objetivo do referido impacto é buscar não só preservar o equilíbrio do orçamento atual como também dos exercícios seguintes, trazendo regras para criação de despesas e renúncia de receitas que preservem o equilíbrio com base na estimativa de impacto orçamentário financeiro.

Dessa forma como pretendido, às ações do executivo, cujo pretende a criação dos referidos cargos, que é valorizado na medida em que se exige autorização legislativa para sua criação, para tal o contador desta Câmara é o sujeito apto a análise do mesmo.

3.3. Das Classificações e Fontes de Recursos

O art. 1º do Projeto de Lei em comento solicita a criação de cargos junto ao quadro de servidores deste Município de Dolcinópolis, citando a quantidade de vagas, denominação e carga horária bem como vossas referencias da tabela de vencimentos e salários deste município de Dolcinópolis, com as devidas atribuições.

3.4. Do Parecer Contábil

Persistindo dúvidas quanto ao aspecto contábil, financeiro e orçamentário do Projeto de Lei em análise, essa assessoria jurídica s.m.j. recomenda aos vereadores, em especial aos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, que querendo solicitem parecer ou orientação técnica junto ao setor contábil desta Casa de Leis,

especificamente sobre a necessidade do impacto financeiro orçamentário, como dito acima.

3.5. Da Tramitação e Votação

Preliminarmente, **a propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação** (art. 31 do R.I.) e de **Finanças e Orçamento** (art. 32, V do R.I.).

Após a emissão dos pareceres na forma regimental e a posterior inclusão na ordem do dia, a propositura deverá ser votada em dois turnos de discussão e votação com intervalo de 48 horas. (art.158, § 3º alínea “a” do RI)

O quórum para aprovação do referido Projeto de Lei será por maioria absoluta, ou seja, para ser aprovado terá que ter a metade mais um dos votos dos Vereadores presentes na sessão (art. 126 R.I.) através de processo de votação nominal, que consiste na consignação expressa do nome e do voto de cada Vereador. (art. 171, § 3º R.I.)

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação, discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº. 005/2022.

A emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Dolcinópolis – SP., 20 de setembro de 2022.

JOÃO ALBERTO ROBLES

OAB-SP. 81.684